



TESSITURAS DA PRÁTICA ACADÊMICA: ESTUDOS E PERCEPÇÕES NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ana Tereza da Silva Nunes¹
Natã Borges Costa²

Resumo

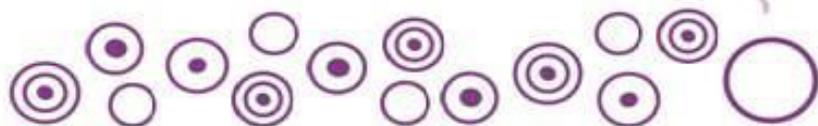
Buscamos uma reflexão quanto à pesquisa e produção acadêmica a partir da experiência possível na disciplina referente às epistemologias da Educação ofertada na Universidade Federal de Uberlândia. Em uma análise baseada nas vivências institucionais e em proposições interventiva pela promoção de discussões quanto às formas de generificação e racialização assimétricas e arbitrárias institucionalizadas, bem como quanto às nossas produções e opções nesses espaços, no que corroboram irrefletidamente epistemologias e metodologias do conhecimento hegemônicas fundadas em desigualdades. Pensando a discência e docência, questionamos o simbolismo naturalizado em práticas no que conservam dos lugares e representações de determinados grupos sociais desde a gênese do campo da Educação no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Epistemologias.

O lugar em que nos inserimos, enquanto educadoras e pesquisadoras, nos requisita reflexão quanto aos sentidos que atribuímos à pesquisa e produção acadêmica no campo da Educação, pensando a forma pouco flexível de uma disciplina obrigatória denominada: Epistemologia da Educação. Entendemos que o campo é um espaço de interação e produção humana “que comporta regras específicas e modos específicos de conduta.” (COSTA, 2018, p.357). Quais regras específicas e quais modos de conduta estão sendo atendidos e cobrados uns dos outros ao nos inserirmos nos espaços do campo educacional? As produções estão adequadas aos requisitos e à produtividade determinada por avaliações de qualidade dos programas de pós-graduação no país, corroborando epistemologias e metodologias do conhecimento hegemônicas reconhecidas por essas. O campo da Educação aparenta maior comprometimento com o simbolismo naturalizado que conserva lugares e representações de determinados grupos sociais, do que com práticas de alteridade, empatia e com escutas pedagógicas mais sensíveis aos sujeitos silenciados sistematicamente por referências

¹ Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

² Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.





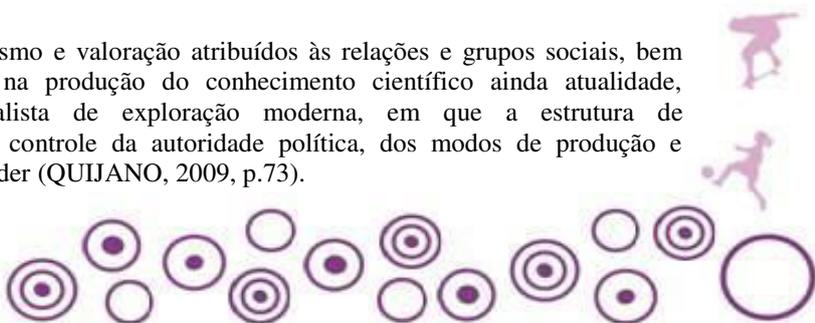
heteropatriarcais, racistas e dissimuladas em verdades unilaterais na própria concepção de ciência moderna (YOUNG, 2000).

Pronomes masculinos como gerais na escrita referem-se diretamente às formas cordiais de manifestação do masculino enquanto norma evidente nos espaços acadêmicos; não se diz que o padrão é masculino, mas se conservam práticas que reforcem o lugar feminino secundário, como está articulado na língua portuguesa. Por que quando dizemos ‘todos’ as mulheres precisam se sentir (sub) incluídas, mas quando dizemos ‘todas’, os homens se sentem automaticamente excluídos? O que nos afeta na identidade de gênero alheia pela linguagem? O quanto refletimos sobre a importância de tratar pessoas *Trans*, interssexo e não binárias pelo nome social e pelo pronome generificado que as represente?

Repensar a existência acadêmica de gênero, nos deslocar e reconhecer a subjetividade irrestrita dos corpos pode ser uma possibilidade de desmonte da hierarquia ocidentalizada, da colonialidade³ acrítica dos saberes e de uma prospecção de cientificidade desigual sobre uns temas e grupos autorizados em detrimento de outros (QUIJANO, 2009). Averiguar os sentidos em não se debater gênero, ao mesmo tempo em que se conservam distinções e significantes arbitrários materializados em placas de banheiros, nos materiais didático-pedagógicos, na atribuição de cores, em atividades baseadas no padrão familiar heteronormativo, em uma constante pedagogia da sexualidade generificada não declarada enquanto tal (LOURO, 1999). O debate é sobre como se retira a autonomia de sujeitos sobre o significado de sua livre existência, por uma generificação sociocultural de origem patriarcal binária e violenta quanto ao aceite do exercício de uma só forma do que constitui a masculinidade e a feminilidade. Ainda estamos falando em masculino e feminino quando o reconhecimento da pluralidade manifesta implicaria em femininos tantos e masculinos tantos, bem como na produção de novos termos, falas e significantes não binários no que adjetivam.

Em uma disciplina, no que implica em ementa e conteúdo, o que foi apresentado como epistemologia e tem regido a tradição da educação formal no Brasil tende mais à rigidez do que à pluralidade; não amplia modos de produzir o pensamento e fixa conceitos mediados por autores previamente validados. Epistemologias que, a partir da construção dos lugares de saber e de falas corroborados pela noção de ciência moderna europeizada e europeizante,

³ Colonialidade refere-se à ideia de um simbolismo e valoração atribuídos às relações e grupos sociais, bem como à produção cultural, evidente também na produção do conhecimento científico ainda atualidade, originários nas práticas do sistema colonialista de exploração moderna, em que a estrutura de dominação/exploração eurocentrada, quanto ao controle da autoridade política, dos modos de produção e trabalho passam a orientar relações racistas de poder (QUIJANO, 2009, p.73).



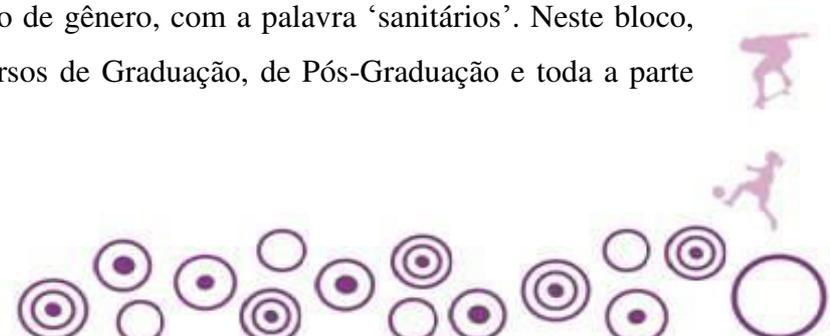


seguem determinando normas rígidas para a produção do conhecimento humano a ser legitimado na educação institucionalizada (YOUNG, 2000; QUIJANO; 2009).

Há uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) imensurável contida na reafirmação cotidiana de padrões de gênero encoberta na abstração de normalidade (FOUCAULT, 1988). Uma normalidade que tendemos a ignorar no que cumpre na produção de uma ideia de diferença negativada, o diferente é passível de ser excluído. A inteligibilidade de gênero, atrelada ao que percebemos como espírito científico, considerando o que Bachelard (1996, p.13) apresenta, é um modo de tratar a necessária inserção desse debate em toda e qualquer produção que concerne à Educação escolarizada, como motor para o exercício da pesquisa em que, “o amor pela ciência se dê por um dinamismo psíquico autógeno”. Reconhecer nossos processos enquanto sujeitas submetidas à constante violência simbólica e literal de gênero no âmbito da Universidade constitui autogênese de nosso espírito científico, para que nossa experiência se faça além da reprodução de uma vivência acadêmica comprometida por falsas pretensões de neutralidade, e possa conceber em si possibilidades práticas e teóricas de confronto, reconhecendo a academia no que imputa enquanto esfera de disputa política para superar o que nos limita socialmente e também nesse espaço.

Não ceder ao que Bachelard (1996) coloca como instinto conservativo, ao considerarmos somente referências que se costumam utilizar com frequência, uma vez que a frequência pode valorizar indevidamente um pensamento e/ou valor, que sobreposto aos demais, se opõe à pluralidade e circulação de muitos pensamentos e valores capazes de conferir real cientificidade à experiência humana. Esse ensaio é sobre resistir como corpo e linguagem, pela proposição de uma abordagem interventiva/prática como forma de acessar o campo de observação e estudo em Educação, no estabelecimento de uma parceria e produção conjunta, em que buscamos trazer para o entendimento algumas verdades de nós mesmas, reafirmando esforços por equidade coletivizando lutas na contramão do padrão individualista acadêmico, que em via de regra tem sido sustentado pela instituição Universidade.

Ancoradas nos pressupostos apresentados no item anterior deste texto, organizamos dois momentos para a nossa ação/intervenção. No primeiro momento, substituímos as placas de identificação – masculino e feminino – dos banheiros do primeiro piso do Bloco 1G, em que funcionam a Faculdade de Educação e o Instituto de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, por placas sem identificação de gênero, com a palavra ‘sanitários’. Neste bloco, estão alocadas as coordenações dos Cursos de Graduação, de Pós-Graduação e toda a parte





administrativa das unidades acadêmicas⁴. Colocamos frases impressas nas paredes dos banheiros que fomentassem a reflexão proposta. As frases utilizadas foram:

Por que banheiro tem gênero?

Por que o fraldário é sempre no feminino?

O que incomoda usar um mesmo banheiro?

Banheiro sem distinção de gênero é desrespeito pra quem?

Quantas (os) *Trans* estão no seu círculo de amizades?

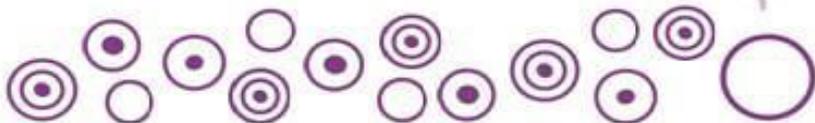
Quem são as vítimas do binarismo de gênero?

No segundo momento, disponibilizamos abraços grátis nos corredores do bloco 1G, no pavimento térreo, em dias da semana que eram ministradas aulas para a pós-graduação. Abraços grátis de uma mulher com identidade *Cis*, branca, em um lado do corredor, e de uma *Trans*, negra, no lado oposto. Pensando nas distinções simbólicas e materializadas impositivas de gênero no âmbito da Faculdade de Educação realizamos tais ações de intervenções com o propósito de evidenciar o silenciamento e preconceito. A proposta se articula com o que se impõe para a população LGBTQI na realidade contemporânea – conjunturas de opressão, muitas vezes, mascaradas por discursos de aceitação e tolerância, em uma educação para o preconceito⁵. Tolerar e aceitar são ideias aproximadas, se não sinônimas, a *aguentar*, *suportar a existência do outro*, o que nos coloca diante do mesmo, da exigência da identidade e da negação da diferença. De acordo com Wolff, Moore Jr. e Marcuse (1970, p.10), na obra intitulada *Crítica da Tolerância pura*: “ao analisar as teorias e práticas predominantes da tolerância, que elas são, em graus variáveis, máscaras hipócritas a ocultar aterradoras realidades política”.

O segundo momento nos possibilitou evidenciar ações sutis desveladas tanto em sua violência distintiva de gênero como quanto ao que revelam de fortalecimento coletivo. Os sentidos de um olhar, um gesto, um desvio de direção, uma negativa em dividir afeto em um abraço, um silenciamento, um desconforto, uma escolha recorrente por abraçar primeiro o mais próximo do padrão – mulher, *Cis*, branca. As vivências consideradas fora do padrão no que afastam determinados grupos, mas também no que aproxima as pessoas. Compreendemos como a disposição ou não explícita no abraço, gesto empaticamente objetivo ao significado de uma luta que pela superação de aspectos plurais e interseccionais na luta contra a violência de gênero.

⁴ A Faculdade de Educação é composta pelos cursos de graduação em Pedagogia e em Jornalismo e pelos Programas de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado e em Comunicação e Educação – Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação. O Instituto de Letras é composto pelos cursos de graduação e Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado.

⁵ Expressão apropriada de Silvio Gallo e Regina Maria de Souza no livro *Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência* (2016).

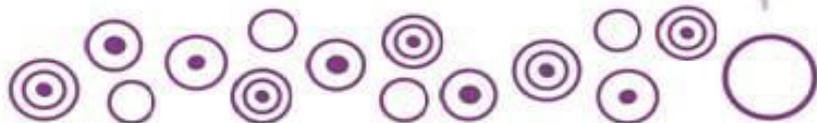




A observação nos dois momentos possibilitou reflexões quanto a corroborar o modo como distinções binárias restritivas operam de modo naturalizado, mas também sobre como há um desconhecimento dos modos de viver os processos de generificação da sociedade, para além das padronizações rasas quanto ao que se constitui o feminino e o masculino. O que se torna potencialmente problemático em um ambiente que forma e formará profissionais para atuar na educação de crianças, jovens e adultos, ou seja, que atuarão no espaço da educação básica e do ensino superior, tanto no exercício da docência quanto nos espaços da gestão administrativa. O não saber, o desconhecimento, impede o questionamento da reprodução de condicionantes simbólicos relativos às interseccionalidades de gênero, raça e classe (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). A problematização e o enfrentamento às consequências e efeitos da normalização classificatória, presente nos sistemas de ensino contemporâneos, assim como o debate de gênero, passa pela admissão à pluralidade subjetiva humana, às multiplicidades e vivências dos corpos e dos desejos, exigindo, portanto, um debate acadêmico e pedagógico que suscite experiências formativas mobilizadoras de valorização às diferenças.

Voltando ao primeiro momento da ação, cumpre dizer que ficamos no corredor observando as (re) ações. As frases contendo questionamentos foram arrancadas e a distinção dos banheiros, em masculino e feminino, foi recolocada por pessoas que frequentam o bloco 1G. Algumas pessoas paravam, olhavam, voltavam a olhar atentamente buscando a indicação de gênero, e depois entravam nos banheiros de acordo com outras pessoas que viam entrar. A dificuldade de usar o banheiro sem se preocupar em estar no banheiro ‘certo’ ficou nítida todo o tempo. Após dois dias, foram reinsertadas placas de identificação, com as palavras ‘*gentleman*’, da cor azul para o definido como banheiro masculino, ‘*ladies*’, com a cor rosa para o feminino, acima das placas inseridas pela intervenção. Adotando ainda um vocabulário idiomático que não nos representa enquanto nacionalidade, e padrões de cores para a distinção do gênero, onde o azul foi assinalado para homens e a cor rosa para mulheres. Insatisfeitos com as placas de cor e nomenclatura em inglês, também foram fixados nas portas, abaixo das placas da intervenção, distinções escritas em negrito como masculino e feminino.

Percebemos as (re) ações como uma forte afirmação de binarismo e imposição sobre a identidade de gênero, tanto das pessoas que utilizam os banheiros, como, e especialmente, de pessoas do quadro da Faculdade de Educação. Sem dúvida, vimos àqueles que Bourdieu (2014) designa como “agentes mandatados do Estado”, em posição de decidir sobre os demais em nome de uma ideia bastante abstrata de bem público. Mas, também vimos o incômodo que a desobediência à norma de gênero provocou em grande número de pessoas. Uma





ação/intervenção aparentemente pequena foi capaz de desencadear um burburinho, até mesmo conflito, quanto à manutenção das determinações generificadas no espaço público, não um espaço qualquer – banheiros de um prédio de uma instituição pública da Educação Superior.

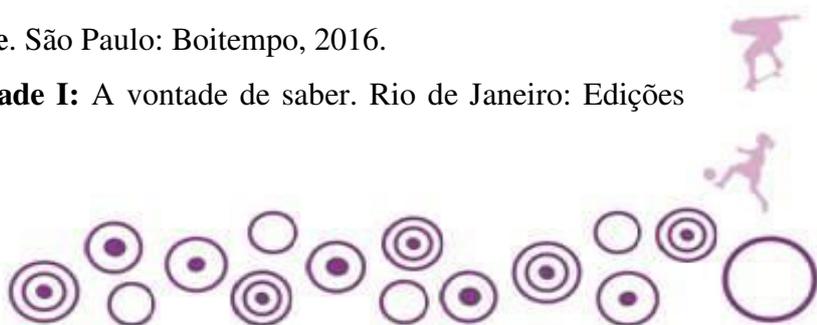
É possível pensar que, na maior parte do tempo as pessoas automatizam a generificação das suas vidas/corpos. Nos espaços institucionais, elas buscam automaticamente a indicação, pela linguagem, do que é assinalado como o banheiro das mulheres, mas não o banheiro de todas as mulheres. O curioso é que a determinação do banheiro de mulheres não se faz presente em outros momentos, como, por exemplo, a busca automática por textos de autoria de mulheres; de lugares de poder às mulheres.

Por uma inconclusão

O caminho percebido na produção da nossa ação/intervenção seguiu atravessado pelas mesmas atribuições de sentido conferidas à educação institucional moderna, enquanto território de construção do saber verdadeiro – branco, hétero e masculinizado. Buscamos *epistemologizar* nossa existência e intervir pensando em epistemologias como regimes de autorização discursiva que reverberam em práticas (DJAMILA, 2014). Um modo de apreender a natureza e as limitações do campo acadêmico, nesse caso, o campo da Educação. O que não é (só) afirmar que uma, ou as instituições de ensino acadêmico no Brasil, bem como seus agentes, sejam machistas, racistas e elitistas, mas de compreender como a estratificação social e a opressão advinda do machismo e racismo brasileiro, ainda hoje, em formas omissas e/ou cordiais de manifestação, estruturam a forma como esses espaços de saber, e todos os outros, foram e ainda estão ocupados.

Referências

- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 1ª edição. São Paulo: companhia das letras, 2014.
- BORDIEU, P. **A dominação masculina**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. pp. 171 – 180.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.





COSTA, J. **Genocídio: o apagamento de uma identidade.** 2018, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Área: Cultura urbana, identidades e modos de vida Belo Horizonte – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

SOUZA, R. M. de; GALLO, S. (orgs.). **Educação do Preconceito:** ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Alínea, 2016.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições AlmedinaS.A, 2009.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

WOLF; MORRE JR; MARCUSE. **Crítica da Tolerância Pura.** Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia.** Valencia: Cátedra, 2000.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

